

Produção agroecológica: uma relação entre as características do Brasil e da América Latina

MAYCON JORGE ULISSES SARAIVA FARINHA*

LUCIANA VIRGINIA MARIO BERNARDO**

Resumo: O artigo tem por objetivo identificar as características da produção orgânica brasileira e compará-la à produção obtida nos países da América Latina. Para essa identificação e comparação foi desenvolvida uma análise documental, na publicação: *The World of Organic Agriculture: statistics & emerging trends 2015*, elaborada por *Research Institute of Organic Agriculture (FiBL)* e *International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM)* e publicado no ano de 2015. Com essa análise se pode perceber que o país se destaca frequentemente quando comparado aos demais países do continente, estando sempre entre os três principais produtores de produtos agroecológicos. Ressalta-se que existe uma lacuna quanto à divulgação de dados relacionados à quantidade produzida de produtos orgânicos brasileiros. Assim, em conclusão, a certificação participativa pode auxiliar o produtor descapitalizado a ter acesso a mercados que exijam o selo de certificação.

Palavras-chave: Orgânicos; Produção Alimentar e Exportação.

Abstract: The paper aims to identify the characteristics of Brazilian organic production and compare it to the production obtained in Latin America. For this identification and comparison documentary analysis was developed in the publication: *The World of Organic Agriculture: Statistics & emerging trends in 2015*, developed by *Research Institute of Organic Agriculture (FiBL)* and *International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM)* and published in the year 2015. With this analysis we can see that the country often stands out when compared to other countries of the continent, and is always among the top three producers of agro-ecological products. It is noteworthy that there is a gap regarding the disclosure of data related to the produced amount of Brazilian organic products. So, in conclusion, participatory certification can help the producer who has less financial means to have access to markets that require certification seal.

Keywords: Organic; Food Production and Export.



* **MAYCON JORGE ULISSES SARAIVA FARINHA** é Graduado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados.



** **LUCIANA VIRGINIA MARIO BERNARDO** é mestranda em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados.



Imagem dos autores

Introdução

Altieri (2001) define a agroecologia como uma ciência que integra diferentes áreas do conhecimento com intuito de identificar maneiras de produção em equilíbrio. Modos de produção alimentar em equilíbrio, como se sabe, compreendem as dimensões social, ambiental e econômica da existência, bem como atentam para a integração entre os elementos biológicos presentes nos ecossistemas onde é desenvolvida a produção alimentar. O que com isso se visa é obter produtividade por meio da fertilidade dos solos e que essa produção esteja protegida contra predadores – o que significa um contexto produtivo complexo.

No que diz respeito à produção e ao consumo de alimentos agroecológicos, denota-se uma relação entre os elementos referentes à qualidade de

vida e à continuidade da biodiversidade do meio ambiente. Essa maneira de produção agrícola, ao invés de agrotóxicos, faz uso de biofertilizantes, estes produzidos com componentes naturais e que favorecem o solo, melhorando a sua fertilidade. Além disso, a produção fica inserida em um contexto sustentável por auxiliar na permanência do homem no espaço rural, permanência possibilitada devido à comercialização dos produtos com valor agregado e, ao mesmo tempo, com manutenção dos recursos naturais presentes na propriedade (SANTOS; MONTEIRO, 2004; GRAZIANO et al., 2009).

Essas características elencadas são oposições frontais aos parâmetros da produção não agroecológica. Por muitas vezes, conforme o entendimento de Campo et al. (2004), a produção não agrológica tendeu a um uso equivocado

dos elementos naturais, isso que vem ocorrendo especialmente desde meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial. Além disso, o rápido crescimento populacional, mais os novos padrões de consumo impostos pela sociedade, resultaram em crises sociais e ambientais graves para o contexto produtivo agrário nacional.

A produção não agroecológica expandiu-se no país, através da chamada Revolução Verde. Esta revolução, com intuito de aumentar a produção no meio rural, estimulou o uso de técnicas agrícolas pautadas na aplicação de fertilizantes e defensivos agrícolas químicos, na substituição das sementes de uso habitual, por outras mais resistentes aos produtos aplicados para a redução de pragas e predadores da produção e no uso exclusivo de maquinários para as diferentes etapas da produção agrícola (PERNA et al., 2014).

Além do exposto, Komori et al. (2008), ressalta um dos obstáculos para a existência de investimentos consistentes na produção agroecológica refere-se à pouca compreensão do consumidor sobre os benefícios de uma alimentação saudável. O consumidor, além de desconhecer esses benefícios de consumo, também desconhece as vantagens agroecológicas do modo de produção orgânico e como esse sistema agrícola auxilia na manutenção de um estado ótimo para o meio ambiente.

Além disso, poucos são os investimentos feitos na divulgação dos produtos orgânicos, ou seja, existe um volume reduzido de propaganda sobre as características dos produtos orgânicos e os benefícios de seu consumo. O que ocorre é que a escolha do consumidor muitas vezes está atrelada ao selo de certificação, presente nas embalagens, devido ao fato de que

esse selo transmite confiabilidade referente ao modo de produção (MONTEIRO et al., 2014).

Desde 2010, o Brasil destaca-se mundialmente com relação ao aumento da produção agroecológica, em um percentual entre 35% a 50% (MONTEIRO et al., 2014). Incluem-se, ao contexto das comercializações, as exportações. Para Santos et al. (2014), o Brasil exporta cerca de 70% de sua produção agroecológica, principalmente alimentos como soja, café e açúcar e tem potencial para expandir a produção.

Desse modo, o propósito desta pesquisa é identificar as características da produção orgânica brasileira e compará-la à produção obtida nos países da América Latina. O que se coloca atualmente para a agroecologia é o desafio de produzir alimentos para um número cada vez maior de pessoas no mundo que demandam por produtos orgânicos. Analisar esse desafio justifica a escolha do tema deste artigo, tendo em mente que a quantidade crescente a ser produzida tem que ser compatibilizada com a manutenção das características ambientais dos ecossistemas de cultivo, evitando a degradação ambiental e a extinção dos recursos naturais (WUTKE et al., 2007).

A comercialização de produtos orgânicos: indicações internacionais e nacionais

O Brasil integra o grupo de países da América Latina produtores de alimentos orgânicos, dentre os quais, possui as maiores áreas de produção. A soma das produções latino-americanas, totaliza 95% da produção mundial, destinada, em grande parte, à exportação para os Estados Unidos da América e países europeus (FAO, 2013).

Segundo Campanhola e Valarini (2001), a exportação dos produtos orgânicos

brasileiros tem como destino os Estados Unidos, o Japão e a Europa, destacando-se a produção de açúcar, que variou entre 1,6 mil toneladas a 20 mil toneladas no período de 1997 a 2000. Com relação a sua produção total agroecológica, desde 2010, o Brasil aumentou a mesma em um percentual entre 35% a 50% (MONTEIRO et al., 2014).

Para Byé e Schmidt (2001), o processo de certificação é fundamental para a exportação dos produtos orgânicos. A certificação proporciona que haja a criação de nichos de mercado específicos nos quais os produtos agroecológicos suprirão demandas de grupos específicos de consumidores mundo afora. Desse modo, a certificação contribui para uma nova forma de desenvolvimento rural com garantida agregação de valor à produção de produtores familiares e ao meio ambiente dos campos de cultivo.

Com a certificação dos produtos, grande parte das empresas brasileiras do comércio de orgânicos conseguiu ampliar a comercialização e essa ampliação da demanda é devida à confiança transmitida aos consumidores e à garantia do modo de produção agroecológico. Então a certificação promoveu, a essas empresas, uma vantagem competitiva no processo de comercialização (ANACLETO; PALADINI, 2014).

Segundo o Instituto de Promoção do Desenvolvimento de Orgânicos ou, simplesmente, o IPD Orgânicos (2011), o projeto Organics Brasil, constituído por 72 empresas, conseguiu atingir um valor superior a 108,2 milhões de dólares em exportações de produtos orgânicos. Trata-se de um mercado que em 2006, por meio do Censo Agropecuário, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística, já demonstrava valores consideráveis de hectares de terras produtivas no país (IBGE, 2006).

Outro fator relevante desse mercado está vinculado ao perfil do consumidor, que pode ser caracterizado como fiel e com hábito de consumo frequente. Denota-se, ainda, que, quando a comercialização está ligada a programas governamentais, pode-se chegar ao pagamento de 30% a mais pela produção orgânica (IPD ORGÂNICOS, 2011).

No caso da comercialização interna, Araújo et al. (2007) consideram que os locais para essa prática estão em expansão a partir de iniciativas governamentais, em especial, com ações de programas de alimentação escolar. Também iniciativas privadas em feiras, hospitais, supermercados, lojas especializadas em produtos orgânicos, entre outros, têm promovido essa expansão. Parte destes empreendimentos necessita da certificação dos produtos para a existência de comercialização, principalmente quando esta implica a questão de agregar valor.

As fronteiras legislativas a serem consideradas sobre as exportações

Uma fronteira não se resume às suas delimitações geográficas. A demarcação de uma linha divisória entre dois elementos, que podem ser de natureza política, por exemplo (MARTINS, 1997). Contudo, Andrade (2010) orienta que algumas delas foram dissolvidas a partir da globalização. O que implica em uma união do mundo no que se refere a padronizar tendências de consumo e até mesmo de comportamentos dos indivíduos.

Além disso, nesse contexto podem ser identificadas outras fronteiras

relacionadas às questões comerciais, também conhecidas como “barreiras não tarifárias” (FAESP et al., 2001, p. 11). Formuladas através da Organização Mundial do Comércio, essas barreiras inserem prerrogativas que, por meio das orientações técnicas formuladas, conseguem estabelecer o volume dos produtos agropecuários comercializados internacionalmente. Esse tipo de fronteira pode, em determinadas situações, dificultar as relações comerciais, devido às exigências feitas – difíceis de atender – para as práticas de comercializações (FAESP et al., 2001).

Para Koekoek et al. (2011), os produtos orgânicos precisam atender às características do mercado, ou seja, às exigências dos clientes, para que estes tenham interesse em adquirir a produção. Os requisitos podem ser elencados: alta qualidade, produtos saudáveis, respeito a parâmetros de preservação ambiental e responsabilidade social. Ao atender esses itens, o produtor pode agregar valor à sua produção, conseguindo que os consumidores paguem um valor maior por seus produtos. Mesmo assim, porém, essas exigências do mercado também podem ser consideradas fronteiras, que, então, precisam ser atendidas pelos produtores para que possam ocorrer as práticas comerciais.

Nesse sentido, Aragão (2006) salienta as vantagens de investir no mercado internacional de produtos orgânicos, porém, ao mesmo tempo afirma que é um ambiente exigente, porque seus compradores costumam ter interesse em toda a cadeia produtiva, desde os métodos de produção, passando pelo processamento e chegando ao setor de embalagens. Exigindo que toda a cadeia de produção esteja de acordo com a filosofia da produção orgânica.

Nos casos em que a legislação alegada pelo importador é conflitante com a legislação nacional, o produtor, ao atender o importador, não poderá comercializar seu produto no mercado interno. Esse produtor, além disso e supondo que haja conflitos de legislação, não poderá fazer uso do selo do sistema brasileiro de avaliação da conformidade orgânica (BRASIL, 2007).¹

A exportação de produtos agroecológicos: uma relação entre o território e o poder

Na ótica de Milton Santos e Maria Laura Silveira,

[...] território é um nome político para o espaço de um país. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território. Mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é impossível se referir a um Estado sem território. (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 19).

Para que o território seja criado, é necessário que haja a apropriação de uma área de terra, bem como comunicação de seus limites. Corroborando com Claude Raffestin, a condicionante da formação de um território “implica em comunicação”, ou seja, implica comunicação de um indivíduo a outros, contemplando, suas intenções e o espaço que ele ocupa (RAFFESTIN, 1993, p. 147). A ação de informar evidencia a manifestação de poder. Se houver aceitação por parte dos informados, o território é considerado existente.

¹ BRASIL. *Lei nº 11.632*. Brasília, 2007.

Essas considerações podem influenciar as diferentes relações que possam existir em um determinado território, bem como entre territórios, incluindo ao contexto a comercialização da produção de um país interna ou externamente. As relações de poder entre diferentes grupos culturais são dotadas de características singulares no caso de serem relações vinculadas à comercialização, pois essa atividade sempre está inserida num contexto de diferentes interesses de cada grupo envolvido na negociação. Num processo de comercialização há, portanto e sempre, o envolvimento de um poder de aquisição de produtos (NEVES, 1999; MELLO, BRUM, 2013).

No caso da agroecologia, um dos elementos que podem subsidiar a comercialização em um cenário internacional é a certificação. A adição de selos como garantia dos produtos significa a credibilidade na qualidade e no modo de produção. A partir da credibilidade, o produto agroecológico ganha poder, no sentido de conseguir outros mercados, ou seja, outros territórios, com características legislativas restritivas, porém vantajosas com relação ao pagamento feito por esses produtos (PESSOA et al., 2002).

Denota-se ainda, com relação a essa ciência agroecológica, a observação feita por Itaborahy et al. (2012), ao considerarem que o território, nessa perspectiva, está baseado nas ações coletivas, ações de interação entre indivíduos e, também, de indivíduos com a natureza, destacando-se a cooperação, bem como os aspectos da inclusão social e ambiental.

Metodologia

O artigo pode ser caracterizado como descritivo, com narrativa proveniente de uma análise documental. A coleta de dados e de informações foi feita a partir da publicação *The World of Organic Agriculture: statistics & emerging trends 2015*, elaborada por *Research Institute of Organic Agriculture (FiBL)* e *International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM)* publicada no ano de 2015.

Também são utilizados elementos de estatística, como percentuais e frequências para tabulação das informações.

A participação do Brasil na produção orgânica: uma contribuição por meio das terras agricultáveis da América Latina

Estima-se que, no ano de 2012, a América Latina comportava cerca de 300.000 produtores orgânicos e que esses produtores desenvolveram suas atividades agrícolas em quase sete milhões de hectares de terras. Se considerarmos a totalidade mundial de terras agricultáveis de maneira orgânica, conforme as indicações da FAO (2013), então esses indivíduos contribuíram com 18% dessa área de terras ocupadas com agricultura orgânica. Destacam-se, nesse contexto dos 18%, países como a Argentina, o Uruguai e o Brasil, respectivamente em ordem decrescente e nas seguintes porções de terra: 3,6 milhões, 0,9 milhões e 0,7 milhões de hectares (FiBL; IFOAM, 2015).

Essas áreas de Argentina, Uruguai e Brasil, somadas, resultam num território de 5,2 milhões de hectares ocupadas com agricultura orgânica. Isso representa 76,5% das áreas com agricultura orgânica na América Latina. Nesse contexto, o Brasil contribui com

13,2% das terras agricultáveis por agricultura orgânica, terras nas quais Monteiro et al. (2014) identificaram uma expansão na quantidade produzida de alimentos após 2010.

O Quadro 01 apresenta a evolução das terras destinadas à produção orgânica no período de 2010 a 2013:

PAÍS	2010/ (ha)	2011/ (ha)	2012/ (ha)	2013/(ha)
Argentina	4.177.653	3.796.136	3.637.466	3.191.255
Bolívia	112.109	32.710	32.710	32.710
Brasil	932.120	687.040	705.233	705.233
Chile	31.696	29.068	22.636	23.469
Colômbia	33.334	34.060	34.060	31.621
Costa Rica	11.114	9.570	9.360	7.449
Cuba	2.106	2.209	5.280	7.389
El Salvador	6.736	6.736	6.736	6.736
Equador	64.751	50.037	56.037	42.781
Guatemala	13.375	13.380	13.380	13.380
Haiti	188	912	806	2.878
Honduras	17.825	23.826	24.950	24.950
México	332.485	366.904	487.393	501.364
Nicarágua	33.621	33.621	33.621	33.621
Panamá	3.242	4.576	4.576	15.183
Paraguai	51.223	51.190	28.499	62.274
Peru	216.756	185.964	197.837	388.448
República Dominicana	sem informações	240	240	240
Uruguai	930.965	930.965	930.965	930.965
Venezuela	337	59	59	47
TOTAL	6.971.636	6.259.203	6.231.844	6.021.993

Quadro 01: Quantidade, em hectares, de terras direcionadas à produção orgânica na América Latina.

Fonte: Elaboração própria, com base em FiBL e IFOAM (2015).

No decorrer do período houve uma redução da quantidade de terras destinadas à produção agrícola orgânica, ou seja, houve uma redução de 13,6% da quantidade de hectares em 2013 em comparação com a do ano de 2010. No caso do Brasil, essa redução foi ainda maior, chegando ao índice de 24,3%, porém o país ainda se destaca

com relação aos outros países. Isso está condizente com as indicações feitas pelo IBGE (2006), cujos estudos demonstraram a importância desse tipo de produção para o país.

O Quadro 02 enfatiza o tipo de produção destinada às áreas orgânicas, isso considerando os três países da

América Latina com maior número de hectares em produção:

Países	Agricultura (ha)	Áreas Silvestres (ha)	Outras (ha)	Total (ha)
Argentina	3.191.255	458.601	26.118	3.675.974
Brasil	705.233	1.209.773	--	1.915.006
Uruguai	930.965	--	--	930.965
Total (ha)	4.827.453	1.668.374	26.118	6.521.945

Quadro 02: Destinação das áreas da produção orgânica dos principais países da América Latina.

Fonte: Elaboração própria, com base em FiBL e IFOAM (2015).

As áreas da América Latina produtoras de orgânicos, em sua maioria, estão relacionadas à agricultura, somando cerca de 74% dos hectares dos três principais países da porção latina do continente americano. Em relação ao Brasil, denota-se que as suas áreas orgânicas, em sua maioria, estão destinadas à produção silvestre², totalizando 63,2% do total de orgânicos.

É nesses espaços que o processo de certificação, tal como abordado por Byé e Schmidt (2001), precisa ser utilizado, para que possibilite a agregação de valor aos produtos gerados nessas áreas, bem como para que também expresse a confiabilidade relacionada ao selo proveniente da certificação.

Comercialização dos produtos orgânicos: mercado interno e externo da América Latina

Segundo o FiBL e a IFOAM (2015), a produção mundial de alimentos e de bebidas orgânicas foi responsável pela

arrecadação bruta de \$72 bilhões. Em comparação com a de 1999, trata-se de uma produção multiplicada por cinco. Dentro desse universo de produção, a Europa e a América do Norte são responsáveis pela maioria das vendas, porém continentes regiões como a América Latina começam a ganhar espaço internacional para a comercialização. Nesse cenário de comercialização mundial, as culturas que estão em destaque são café, azeitona, nozes, uvas e cacau.

Essas informações são condizentes com as observações feitas por Neves (1999), Mello e Brum (2013). Os autores informam principalmente que as relações de poder decorrentes desse comércio não ficam restritas aos próprios territórios, mas que extravasam, constituindo um grande movimento comercial de exportação. Informam ainda que no próprio cenário internacional acontece uma distribuição desigual de poder, prevalecendo a Europa e a América do Norte nessas atividades. O Quadro 03 traz informações sobre a comercialização da América Latina:

² Para o IFOAM (2014), áreas silvestres, são aquelas em que há práticas de manejo sustentável com o intuito de evitar a degradação proveniente com a produção, em pastagens, florestas e recursos hídricos. A produção pode estar vinculada a pesca, apicultura, plantas medicinais, flores, frutas, entre outras, todavia a publicação feita por FiBL e IFOAM (2015), não especifica a produção do Brasil, em relação aos produtos inclusos neste grupo.

PAÍS	ANO	INTERNO (Milhões €)	CONSUMO CAPITA (€)	PER	EXPORTAÇÃO (Milhões €)
Argentina	2009	-	-		122
Brasil	2013	700	3		-
Chile	2009/2013	2/-	0.1/-		-/134
Colômbia	2007	-	-		7
Costa Rica	2008	1	0.3		-
México	2013	14	0.1		373
Paraguai	2011	-	-		71
Peru	2010/2013	14/-	0.5/-		-/198
República Dominicana	2013	-	-		172
TOTAL		731	4		1.077

Quadro 03: Comercialização da produção orgânica nos países da América Latina.

Fonte: Elaboração própria, com base em FiBL e IFOAM (2015).

Denota-se a pouca quantidade de informação sobre os aspectos abordados no Quadro 03 com relação aos países da América Latina. Em alguns casos, nenhuma informação foi encontrada e, por isso, o país não foi inserido no quadro informativo. Ademais, quanto à maioria dos países referidos no quadro, as informações estão incompletas, o que dificulta a possibilidade de comparativos entre os países. Isso também pode ser considerado uma fronteira, no caso, uma fronteira informacional, caso queiramos raciocinar com as concepções apresentadas por Martins (1997), ou seja, pensando naquelas fronteiras ou

barreiras que estão além dos elementos geográficos.

Sobre as áreas silvestres dos países da América Latina produtoras de alimentos orgânicos, o Brasil é o único país do continente que está elencado entre os dez países mundiais como maiores áreas produtivas. Assim, o Brasil ocupa a sexta posição mundial, comparecendo com uma área total de 1,21 milhões de hectares (FiBL; IFOAM, 2015). Essas áreas podem estar vinculadas a variadas produções orgânicas, como consta no Quadro 04, que indica os países da América Latina e os respectivos produtos orgânicos produzidos:

PAÍS	PRODUÇÃO
Argentina	Apicultura
Bolívia	Nozes
Brasil	Sem Detalhes
Chile	Frutos Silvestres/ Rosa Mosqueta
Colômbia	Palmito
Equador	Cogumelos
Guatemala	Apicultura

México	Apicultura/ Frutas/Plantas Aromáticas e Medicinais
Nicarágua	Apicultura
Peru	Nozes
República Dominicana	Apicultura/ Mel Silvestre
TOTAL DE PRODUÇÕES	8 TIPOS ESPECIFICADOS

Quadro 04: Produção silvestre orgânica nos países da América Latina.

Fonte: Elaboração própria, com base em FiBL e IFOAM (2015).

Essa produção silvestre, para ser considerada orgânica, também possui a necessidade de certificação. Trata-se de um processo de certificação particularizado a cada contexto específico, como se sabe, porém dispor dessa certificação influi positivamente na comercialização, como indicado por Anacleto e Peladini (2014).

O FiBL e a IFOAM (2015) elencam uma grande diversidade de alimentos e de bebidas provenientes de apicultura, de cereais, de frutas cítricas, de cacau

em amendoas, de café, de frutas tropicais, de uvas, de oleoginosas, de azeitonas e de variados vegetais. Desse universo de produção, o Brasil participa especialmente com apicultura, café, frutas e oleoginosas. Sendo considerado, nesses casos, um dos maiores produtores mundiais, porém, não existem dados sobre essa produção, com excessão da apicultura. O Quadro 05 apresenta o número de colmeias distribuídas pelos países da América Latina:

PAÍS	Quantidade Colmeias
Argentina	23.299
Brasil	96.367
Chile	5.414
Cuba	24.100
México	37.455
Nicarágua	13.367
TOTAL	200.002

Quadro 05: Quantidade de colmeias nos países da América Latina.

Fonte: Elaboração própria, com base em FiBL e IFOAM (2015).

O Quadro 05 demonstra que seis países da América Latina possuem colmeias. Esses países, ao qual totalizam 200.002 unidades de colmeias, significando um percentual de 18% da totalidade mundial. Com relação à América Latina e nessa modalidade produtiva, o país exponencial é o Brasil, que contribui com 48% do total de colmeias da porção latina do continente americano.

Por outro lado, Monteiro et al. (2014) consideraram que houve um aumento da produção dos alimentos orgânicos no Brasil, o que, possivelmente, está vinculado à contribuição dos alimentos sem informações na divulgação feita por FiBL e IFOAM, assim como a expressiva quantidade de colmeias já mencionada. Para o FiBL e a IFOAM (2015), o país possui o maior mercado

de orgânicos, sendo o grupo Pão de Açúcar a empresa varejista de maior destaque.

As regulamentações para a produção orgânica: a relação entre o Brasil e a América Latina

A produção orgânica, para Koekoek et al. (2011), precisa estar condizente com

as necessidades de produção impostas pelo mercado e seus consumidores. Nessa perspectiva, as regulamentações tendem a auxiliar os produtores a atenderem as condições impostas. O Quadro 06 indica os países da América Latina que possuem regulamentação na produção orgânica:

PAÍS	POSSUEM	NÃO POSSUEM
Argentina	X	
Bolívia	X	
Brasil	X	
Chile	X	
Colômbia	X	
Costa Rica	X	
Cuba		X
El Salvador		X
Equador	X	
Guatemala	X	
Honduras	X	
México	X	
Nicarágua	X	
Panamá	X	
Paraguai	X	
Peru	X	
República Dominicana	X	
Uruguai	X	
Venezuela		X

Quadro 06: Países com e sem regulamentação para produtos orgânicos.

Fonte: Elaboração própria, com base em FiBL e IFOAM (2015).

Dos países localizados na América Latina, apenas três deles não possuem normas sobre esse tipo de produção, sendo eles Cuba, El Salvador e Venezuela. No caso de Chile, México, Argentina e Brasil, o governo fornece apoio, o que pode contribuir com o desenvolvimento do setor, pois três dos

países elencados são referências mundiais do continente.

O IPD Orgânico (2011) salienta que os programas governamentais brasileiros possibilitam que a produção orgânica seja comercializada com um acréscimo de 30%, assim como garantem a

comercialização e, em alguns casos, a preferência de aquisição dos alimentos.

No caso do Brasil, essa regulamentação está determinada por uma legislação nacional que possibilita um Sistema Participativo de Garantia. Esse sistema é viabilizado por meio do estabelecimento de uma rede social que se baseia na cooperação e na confiança entre os pares produtores de orgânicos. Assim, cooperação e confiança possibilitam o compartilhamento do conhecimento e o desenvolvimento do processo de certificação participativa (KIRCHNER, 2015).

A certificação, segundo Pessoa et al. (2002), é um importante processo inerente à comercialização dos produtos orgânicos. É a certificação que garante a qualidade dos produtos, por assegurar que foram produzidos seguindo os padrões agroecológicos. A existência da certificação participativa é motivação fundamental para os pequenos produtores optarem pela produção orgânica, pois essa certificação lhes garante agregação de valor à sua produção, assim valorizando o empenho diferenciado que a atividade exige.

Considerações finais

A produção orgânica pode estar em expansão devido à necessidade de consumo de alimentos saudáveis e de manutenção dos componentes naturais do meio ambiente. Dessa maneira, essa produção consegue reduzir os impactos ambientais trazidos pelo modo de produção não agroecológico, além de auxiliar na manutenção da saúde humana, tanto daquele que consome a produção, quanto do próprio produtor, devido ao não uso de agrotóxicos.

Em termos de alimentos e de bebidas, o Brasil, desde a época do descobrimento, vem sendo conhecido pela tipicidade e

pela variedade de seus produtos. Assim, sendo a produção nacional conhecida por essas características positivas relacionadas a alimentos e a bebidas, então os produtos orgânicos se inserem perfeitamente nesse contexto e ganham cada vez mais espaço no mercado brasileiro, isso devido também ao reforço dos incentivos governamentais que têm sido implantados para as práticas agrícolas agroecológicas. Destarte, desde financiamentos até reservas de mercado, o governo insere maneiras de essa produção ampliar-se para atender ao mercado interno e ou ao mercado externo — dependendo do produto e das circunstâncias do comércio internacional.

Visto que este artigo teve por objetivo identificar as características da produção orgânica brasileira e compará-la à produção nos países da América Latina, então, no decorrer do texto, pôde-se perceber que o Brasil se destaca quando comparado aos demais países do continente — em especial da porção latina do continente —, mantendo-se sempre entre as principais referências de produção. Registre-se, porém, o aspecto negativo de que as informações ora recolhidas carecem de muitos dados, pois não existe um acompanhamento estatístico formalizado sobre toda a produção orgânica nacional, de modo que, em vários casos, não existe a possibilidade de estabelecer comparativos.

Do lado positivo, registre-se com destaque que o país possui características normativas que contribuem efetivamente para o desenvolvimento da certificação dos produtos, isso sendo promovido nacionalmente de formas cooperativas e com baixo custo, oportunizando que produtores com baixo poder aquisitivo consigam adicionar, à sua produção, o

selo de certificação, que é procedimento fundamental para agregar valor à comercialização e incentivar a continuidade das práticas agroecológicas.

Referências

- ALTIERI, M. A. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 3. ed. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade – UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54).
- ANACLETO, C. A.; PALADINI, E. P. Gestão estratégica da qualidade para empresas produtoras de alimentos orgânicos: diretrizes para a expansão do mercado consumidor. *NAVUS – Revista de Gestão e Tecnologia*, v. 5, n. 1. Florianópolis, 2015.
- ANDRADE, M. C. de. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 5, n. 9, 2010.
- ARAGÃO, G. Exportações do agronegócio baiano e os produtos orgânicos. *Bahia Agrícola*, v. 7, n. 2, 2006.
- ARAÚJO, D. F. S. et al. Orgânicos: expansão de mercado e certificação. *Holos*, v. 3, n. 23, 2007.
- BRASIL. *Lei nº 11.632*. Brasília, 2007.
- BYÉ, P.; SCHMIDT, W. Agricultura familiar no Sul do Brasil – de uma exclusão produtivista a uma exclusão certificada? *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 17, 2001.
- CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 18, n. 3, Brasília, 2001.
- CAMPOS, L. M. de S. A influência dos rótulos ambientais no processo de compra de produtos orgânicos. *Anais do ENANPAD*, 2004.
- FAESP et al. Procedimentos para certificação sanitária de exportações. São Paulo, 2001.
- FAO. *Manual sobre Agricultura Orgânica Sostenible*. 2013.
- FiLB e IFOAM. *The world of organic agriculture: statistic & emerging trend 2015*. 2015.
- GRAZIANO, G. O. et al. Produtores e o perfil da oferta de produtos orgânicos no Brasil: um estudo exploratório. *47º SOBER*. Porto Alegre, 2009.
- IBGE. *Censo Agropecuário*. 2006.
- IFOAM. *The IFOAM Norms for Organic Production and Processing*. 2014.
- IPD ORGÂNICOS. *Pesquisa – O Mercado Brasileiro de Produtos Orgânicos*. Curitiba, 2011.
- ITABORAHY, N. Z. et al. Repensar escalas, repensar territórios: o desafio geográfico no desvendar dos territórios (subalternos) da agroecologia. *XVII Encontro Nacional de Geógrafos*, 2012.
- KIRCHNER, C. Overview of participatory guarantee systems in 2014. In: *The World of Organic Agriculture: statistics & emerging trends 2015*. 2015.
- KOEKOEK, F. J. et al. A exportação de produtos orgânicos: como ascender ao mercado. *Fundação Agromisa e CTA*, Wageningen, 2011.
- KOMORI, O. M.; SOUZA, M. R.; PADOVAN, M. P. *Produção orgânica de café no Sítio Santa Cecília, em Glória de Dourados – MS. 2008*. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66258/1/31284.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2015.
- MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MELLO, E. S. de; BRUM, A. L. O direito ao desenvolvimento e a produção local: o plantio direto da soja como uma alternativa de desenvolvimento econômico. *Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto*, v. 1, n. 1, 2013.
- MONTEIRO, M. N. C. *Os alimentos orgânicos e a percepção de seus atributos por parte dos consumidores. 2014*. SEMEAD. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/marketing/MKT08_-_Os_alimentos_organicos_consumidores.PDF>. Acesso em: 17 mar. 2015.
- NEVES, D. P. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 13, 1999.
- PESSOA, M. C. P. Y. et al. Qualidade e certificação de produtos agropecuários. *Embrapa Informação Tecnológica*, Brasília, 2002.
- PERNA, D. et al. Meio Ambiente e Educação Profissional Agrícola. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 2014.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, A. C. F. Discussões sobre alimentos orgânicos no Brasil e outros países. *Revista Faculdade Montes Belo*. v. 7, n. 1, 2014.

SANTOS, C. G. dos; MONTEIRO, M. Sistema orgânico de produção de alimentos. *Alimentos & Nutrição*, Araraquara, 2004.

SANTOS, M.; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2001.

WUTKE, E. B. et al. *Bancos comunitários de sementes de adubos verdes: cartilha para agricultores*. Brasília: MAPA, 2007.

Recebido em 2015-06-08
Publicado em 2016-01-14